



## Processo SEA 00021412/2024

### Dados da Autuação

---

**Autuado em:** 27/11/2024 às 13:25

**Setor origem:** SEA/GABS - Gabinete do Secretário

**Setor de competência:** SEA/GABS - Gabinete do Secretário

**Interessado:** Marcus Vinicio Fagundes De Oliveira

**Classe:** Processo sobre Anteprojeto de Lei

**Assunto:** Anteprojeto de Lei

**Detalhamento:** Anteprojeto de Lei



Informação nº 06/2025/SEA/GEREF

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2025

Referência: Processo SEA 00021412/2024  
Minuta de projeto de lei que “Altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências”.

Senhora Diretora,

Tratam os autos de Minuta de projeto de lei que “Altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências.

O projeto teve repercussão financeira apresentada por meio da Informação nº 126/2024/SEA/GEREF, analisado pelo Grupo Gestor de Governo (GGG) e deferido por meio da Deliberação nº 0146/2025 para pagamento em parcelas distintas da estabelecidas anteriormente.

Por esse motivo, os autos retornaram à GEREF para redistribuição do impacto financeiro nos anos de 2025 a 2027. O novo cronograma de implantação em duas etapas, sendo 60% a contar de maio de 2025 e 100% a contar de abril de 2026.

Os servidores que já recebem a gratificação passarão a ter incidência no Adicional de Tempo de Serviço quando da integralização do valor, ou seja, em abril de 2026.

Em atenção ao solicitado, calculamos o impacto financeiro decorrente de tal alteração, considerando no primeiro momento 3.654 servidores, calculando a gratificação de 60%, incluindo o triênio, o terço constitucional de férias, a gratificação natalina e o patronal do IPREV. Na sequência, calculou-se o 100% da gratificação para os 3.654 servidores,



acrescentando 2.666 servidores, que já recebem a referida gratificação, no cálculo do triênio, além de calcularmos o terço de férias, a gratificação natalina e o Patronal do IPREV.

ALTERAÇÃO LEI 16.465/2014 - RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA EQUIPARADOS 60% COM INCIDÊNCIA DE TRIÊNIO			
IMPACTO	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
MENSAL	R\$ 2.887.187,90	R\$ 3.840.469,79	R\$ 6.727.657,69
GRAT 13º SALÁRIO	R\$ 240.598,99	R\$ 320.039,15	R\$ 560.638,14
GRAT FÉRIAS	R\$ 80.199,66	R\$ -	R\$ 80.199,66
<b>TOTAL MENSAL</b>	<b>R\$ 3.207.986,56</b>	<b>R\$ 4.160.508,94</b>	<b>R\$ 7.368.495,49</b>
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>R\$ 38.495.838,67</b>	<b>R\$ 49.926.107,27</b>	<b>R\$ 88.421.945,94</b>
Quantidade de servidores	1.060	2.594	3.654

\* Retribuição Financeira no percentual de 60% mais triênio aos servidores efetivos dos órgãos que não recebem gratificações

ALTERAÇÃO LEI 16.465/2014 - RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA 100% COM INCIDÊNCIA DE TRIÊNIO PARA TODOS			
IMPACTO	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
MENSAL	R\$ 6.601.574,96	R\$ 11.269.234,52	R\$ 17.870.809,48
GRAT 13º SALÁRIO	R\$ 550.131,25	R\$ 939.102,88	R\$ 1.489.234,12
GRAT FÉRIAS	R\$ 183.377,08	R\$ -	R\$ 183.377,08
<b>TOTAL MENSAL</b>	<b>R\$ 7.335.083,29</b>	<b>R\$ 12.208.337,40</b>	<b>R\$ 19.543.420,69</b>
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>R\$ 88.020.999,47</b>	<b>R\$ 146.500.048,76</b>	<b>R\$ 234.521.048,23</b>
Quantidade de servidores	2.036	4.284	6.320

\*\*\* Retribuição Financeira nos valores totais da Lei mais triênio aos servidores efetivos dos órgãos que não recebem gratificações; incidência de triênio para todos os servidores que recebem a retribuição financeira da Lei 16.465/2014

Os valores mensais de impacto, portanto, permaneceram os mesmos apresentados anteriormente. Sendo assim, recalculamos o impacto para o ano de 2025, de 2026 e de 2027:

- Impacto Mensal em 2025 (60% da gratificação): **R\$ 7.368.495,49** (sete milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos);

- Impacto em 2025 (maio a dezembro): **R\$ 59.242.703,78** (cinquenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e três reais, e setenta e oito centavos). Consideramos um crescimento vegetativo de 0,5%;

- Impacto Mensal em 2026 (100% da gratificação): **R\$ 19.543.420,69** (dezenove milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e nove centavos);



- Impacto em 2026 (100% da gratificação a partir de abril): **R\$ 187.679.560,94** (cento e oitenta e sete milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e sessenta reais, e noventa e quatro centavos). Consideramos um crescimento vegetativo de 1,0%;

- Impacto em 2027: **R\$ 238.038.863,95** (duzentos e trinta e oito milhões, trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos). Consideramos um crescimento vegetativo de 1,5%;

Levando em conta o disposto no Art. 17 da minuta de lei, destacamos que o cálculo da repercussão financeira não considera os servidores:

- Lotados nos órgãos do Sistema Administrativo
- Em exercício nos órgãos que recebem outras gratificações concorrentes
- Comissionados puros
- Admitidos em Caráter Temporário (ACT)

Dentro das vedações apresentadas pela legislação vigente, por aprovações posteriores e a minuta proposta, destacamos que a SCTI já recebe a Gratificação de Coordenação de Sistemas Administrativos (GCSA), instituída pela Lei nº 18.315/2021; e o IMETRO recebe a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividade de Gestão em Metrologia, estabelecida pela Lei nº 19.181/2025. Portanto, os dois órgãos devem ser removidos da proposta, visto que resultaria em duplicidade de pagamento.

Assim, considerando que o assunto já foi aprovado no Grupo Gestor de Governo, sugerimos que seja encaminhado à Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil, para conhecimento e providências.

**Luísa Biava**  
Assessora Técnica

**Maristela Garcia Andrade**  
Gerente de Remuneração Funcional

*De acordo.*  
*À consideração do Senhor Secretário.*

**Andreia Ranzi de Camargo**  
Diretora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e.e.



## **DESPACHO**

1. De acordo com a Informação nº 06/2025 da GREF/SEA que trata de repercussão financeira de minuta de projeto de lei que altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas e estabelece outras providências.

2. Encaminhe-se à Casa Civil para providências.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2025

**VÂNIO BOING**  
Secretário de Estado da Administração



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **XY4Z964E**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **LUÍSA BIAVA** (CPF: 079.XXX.169-XX) em 05/02/2025 às 18:20:35  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 15/06/2018 - 09:31:12 e válido até 15/06/2118 - 09:31:12.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **ANDREIA RANZI DE CAMARGO** (CPF: 850.XXX.809-XX) em 05/02/2025 às 18:23:49  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:31:33 e válido até 30/03/2118 - 12:31:33.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **MARISTELA GARCIA ANDRADE** (CPF: 712.XXX.479-XX) em 05/02/2025 às 19:17:06  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 15/06/2018 - 09:30:14 e válido até 15/06/2118 - 09:30:14.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **VANIO BOING** (CPF: 433.XXX.709-XX) em 06/02/2025 às 09:45:58  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF9YWTRaOTY0RQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **XY4Z964E** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Ref. **SEA 21412/2024**

### **DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Em atenção ao artigo 7º, inciso IV, “b”, do Decreto nº 2.382, de 2014, DECLARO, na qualidade de Secretário de Estado da Administração e titular do órgão central do Sistema Administrativo de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, que a minuta de anteprojeto de Lei que “Altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências”, está adequada orçamentária e financeiramente à Lei Orçamentária Anual (LOA), e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Plurianual (PPA) vigentes.

Florianópolis, data da assinatura digital.

**VÂNIO BOING**  
Secretário de Estado da Administração



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **I4N96Z1C**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**VANIO BOING** (CPF: 433.XXX.709-XX) em 21/02/2025 às 08:53:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF9JNE45NloxQw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **I4N96Z1C** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**PARECER Nº 98/2025-SEA/COJUR**

Florianópolis, data da assinatura digital.

**Referência:** SEA 21412/2024

**Assunto:** Minuta de Anteprojeto de Lei

**Origem:** Gabinete do Secretário (SEA/GABS)

**Interessado(s):** Secretaria de Estado da Administração (SEA)

Direito Administrativo. Servidores Públicos. Minuta de Anteprojeto de Lei que “*altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências*”. Possibilidade jurídica, com ressalvas.

Senhor Secretário,

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Minuta de Anteprojeto de Lei que “*altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências*.” (fls. 33/36).

O processo administrativo encontra-se regularmente instruído com a Exposição de Motivos, em sua versão revisada (fls. 40/41).

É o sucinto relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, é oportuno destacar o disposto na Orientação em Práticas Consultivas (OPC) nº 1/2022<sup>1</sup>, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE/SC), no sentido de que “*aos órgãos componentes do Sistema de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta incumbe prestar consultoria e assessoramento sob prisma estritamente jurídico. Não lhes compete, portanto, analisar ou revisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, tampouco adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados*”.

**Dito isso, passa-se à análise do caso.**

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://www.pge.sc.gov.br/legislacao-interna/>.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Primeiramente, registre-se que as inovações legislativas e regulatórias devem observar a disciplina determinada pela Lei Complementar Estadual nº 589/2013, que “*dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis*”, bem como o seu respectivo regulamento, instituído pelo Decreto Estadual nº 1.414/2013, algo que, em uma primeira análise, verificou-se no caso concreto.

Por sua vez, o já citado Decreto Estadual nº 2.382/2014 estabelece que as Secretarias de Estado, por meio de suas consultorias jurídicas, são órgãos setoriais do Sistema de Atos do Processo Legislativo (art. 4º), competindo-lhes observar a legalidade dos seus atos, bem como analisar e coordenar a elaboração de instrumentos relativos a projetos de lei, medida provisória e decreto (art. 6º, incisos IV e V).

Ressalte-se que os procedimentos e as exigências para a elaboração de anteprojetos de lei, medida provisória e decreto estão elencados no art. 7º do Decreto nº 2.382/2014. Ao final, o procedimento deve ser encaminhado à Diretoria de Assuntos Legislativos (DIAL), da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC), a quem compete atuar na etapa derradeira do procedimento.

Quanto ao trâmite legislativo, podem-se destacar as seguintes etapas e documentos:

1. Consulta prévia aos órgãos e entes afetos à matéria;
2. Elaboração da proposta de redação ou alteração;
3. Exposição dos motivos que determinam a inovação;
4. Exposição do comparativo entre as redações existentes e a sugestão de alteração;
5. Quando representar aumento de despesas:
  - a. Apresentação da dotação orçamentária e comprovação de disponibilidade dos recursos;
  - b. Estimativa de impacto financeiro no exercício em curso e nos dois seguintes;
  - c. Acompanhado da manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), por intermédio da Diretoria do Tesouro Estadual (DITE), sobre a viabilidade financeira da proposta;
  - d. Manifestação da Secretaria de Estado da Administração (SEA), órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, sobre o aumento ou não de despesa com a folha de pagamento;
  - e. Instruída com declaração do ordenador primário da despesa e da SEF de que o seu aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e
  - f. Aprovação do grupo gestor;
6. Parecer jurídico.

Segue-se a análise em relação a cada um desses itens:

**Item 1 - Consulta prévia aos órgãos e entes afetos à matéria.** No caso em tela, desnecessária tal consulta, tendo em vista que a SEA é competente para normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de pessoas (artigo 29, I, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019) e que figura como órgão central do sistema administrativo de gestão de pessoas (art. 126, III, b, da referida Lei Complementar Estadual).

**Item 2 - Elaboração da proposta de redação ou alteração.** Consta dos autos a Minuta de Anteprojeto de Lei, em sua versão revisada (fls. 33/36).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Item 3 - Exposição dos motivos que determinam a inovação.** Consta dos autos a Exposição de Motivos, em sua versão revisada (fls. 40/41).

**Item 4 — Exposição do comparativo entre as redações existentes e a sugestão de alteração.** Não localizada.

**Item 5 – Do aumento de despesa.** O Decreto Estadual nº 2.382/2014 disciplina a questão do seguinte modo:

Art. 7º

(...)

IV - **a proposta que resultar em aumento de despesa** deverá conter a indicação da dotação orçamentária e a comprovação da disponibilidade dos recursos financeiros para a cobertura da respectiva despesa e, antes do encaminhamento dos autos do processo para a DIAL, deverá ser:

**a) instruída com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá entrar em vigor e nos 2 (dois) exercícios subsequentes**, acompanhada do demonstrativo, das premissas e da metodologia de cálculo utilizados **e com manifestação:**

1. **da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)**, por intermédio da Diretoria do Tesouro Estadual (DITE), sobre a viabilidade financeira da proposta; e

2. **da Secretaria de Estado da Administração (SEA)**, órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, **sobre o aumento ou não de despesa com a folha de pagamento**, e caso a proposta trate de pessoal;

**b) instruída com declaração do ordenador primário da despesa e da SEF de que o seu aumento tem adequação orçamentária e financeira** com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e

**c) submetida à prévia autorização do Grupo Gestor de Governo (GGG)**, nos termos da legislação em vigor; (destacou-se)

Consoante se denota de diversas manifestações nos autos, como, por exemplo, da Deliberação nº 0146/2025, do Grupo Gestor de Governo (fl. 22), **haverá aumento de despesa**. Observe-se:

O impacto financeiro para cada ano é:

R\$ 88.421.945,94 Impacto para 2025;

R\$ 234.521.048,23 Impacto para 2026

Dessa forma, para o regular prosseguimento do feito, devem ser observados os requisitos supramencionados. Com efeito, **recomenda-se atenção e estrita observância ao teor da Informação nº 009SCC/DIAL/GEMAT** (fls. 37/39), de lavra da Gerência de Mensagens e Atos Legislativos (GEMAT), da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC), **notadamente em relação aos tópicos apontados nas alíneas do item “5” da referida Informação**, sem prejuízo da desconsideração dos apontamentos que já foram endereçadas no Ofício nº 30/2025/SEA/GABS (fl. 43-45) e na Declaração de fls. 42.

**Item 6 - Do parecer jurídico.** O artigo 7º, VII, do Decreto Estadual nº 2.382/2014, dispõe que “o anteprojeto deverá tramitar instruído com parecer analítico, fundamentado e conclusivo, elaborado pela consultoria jurídica ou pela unidade de assessoramento jurídico do proponente, e referendado pelo titular da Secretaria de Estado proponente, que deverá, obrigatoriamente, se manifestar sobre: a) a constitucionalidade e legalidade do anteprojeto proposto, observadas as orientações, os pareceres e os atos normativos expedidos pela Procuradoria-Geral do Estado



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

(PGE), órgão central do Sistema de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta; b) a regularidade formal do anteprojeto proposto, observadas as orientações e os atos normativos expedidos pela SCC, órgão central do Sistema de que trata este Decreto; e c) os requisitos de relevância e urgência e os limites materiais à edição de medidas provisórias de que trata o art. 62 da Constituição da República e o art. 51 da Constituição do Estado”. Deverá, ainda, em ano eleitoral, “contemplar a análise da legalidade da proposição, observando a legislação em vigor e as diretrizes emanadas da Justiça Eleitoral” (art. 7º, §4º).

**Passa-se, então, à análise da constitucionalidade e legalidade da minuta.**

Quanto à primeira, assim dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, a respeito da iniciativa das leis:

**Art. 8º Ao Estado cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, especialmente:**

**I - produzir atos legislativos, administrativos e judiciais;**

II - organizar seu governo e a própria administração;

(...).

Art. 50. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º A iniciativa popular de leis será exercida junto a Assembleia Legislativa pela apresentação de projeto de lei subscrito por no mínimo um por cento dos eleitores do Estado, distribuídos por pelo menos vinte Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.

**§ 2º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

I - a organização, o regime jurídico, a fixação ou modificação do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, o provimento de seus cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva;

**II - a criação de cargos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional ou o aumento de sua remuneração;**

III - o plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

**IV - os servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;**

V - a organização da Procuradoria-Geral do Estado e da Defensoria Pública;

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV. (...)

(destacou-se)

Com efeito, compete privativamente ao Governador do Estado, na qualidade de Chefe do Poder Executivo Estadual, a iniciativa de projeto de lei que disponha a respeito do aumento da remuneração dos servidores públicos. Entende-se demonstrada, pois, a constitucionalidade formal da minuta.

Outrossim, considera-se presente a constitucionalidade material, uma vez que o diploma legislativo que se pretende editar dispõe sobre a remuneração de servidores públicos, visando corrigir diferenças remuneratórias atualmente existentes no tocante a categorias diversas de servidores. Não se vislumbra, destarte, qualquer infringência à norma constitucional, seja federal ou estadual.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

De outra parte, considera-se demonstrada a necessidade da medida, nos termos da Exposição de Motivos (fls. 40/41):

**Com a edição da Lei nº 16.465, de 27 de agosto de 2014, alguns órgãos foram agraciados com o pagamento da Retribuição Financeira por desempenho de atividades finalísticas, com exceção dos elencados abaixo, quais sejam:**

- 1 - Fundação Catarinense de Cultura (FCC);
- 2 - Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE);
- 3 - Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE);
- 4 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC);
- 5 - Secretaria de Estado da Agricultura (SAR);
- 6 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS);
- 7 - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS);
- 8 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE);
- 9 - Secretaria de Estado do Turismo (SETUR);
- 10 - Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC); e
- 11 - Servidores efetivos do quadro civil lotados na Secretaria de Estado da Educação (SED), no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC), na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e na Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

**A presente minuta estende o pagamento da retribuição financeira para os mencionados órgãos e entidades, eliminando a discrepância salarial que se mantém há muito tempo.**

Com a implementação desta retribuição, cessará o pagamento do Adicional da Gratificação de Atividade da Lei nº 18.314, de 2021, reduzindo o impacto financeiro da presente proposta.

O cronograma de pagamento se dará em duas etapas: 60%, a contar de 1º de maio de 2025 e 100%, a contar de 1º de abril de 2026. A proposta prevê, ainda, a incidência do adicional por tempo de serviço aos servidores que já percebem a retribuição financeira, somente por ocasião da integralização do pagamento, é dizer, em abril de 2026.

Alguns aspectos importantes a serem observados referem-se àqueles que não farão jus ao recebimento, que são os ocupantes de cargo comissionado, os admitidos em caráter temporário, a partir de janeiro de 2025, os servidores que percebem o Adicional de Local de Exercício e os servidores do quadro do magistério da Fundação Catarinense de Educação Especial, por já serem beneficiados pelo pagamento de outras vantagens financeiras.

**A proposta ora apresentada, por alterar a Lei nº 16.465, de 2014, está adstrita a todas as disposições legais nela referidas.** (destacou-se)

A minuta ora em análise encontra-se de acordo com a legislação vigente. A definição de políticas remuneratórias dos servidores públicos é questão inerente ao mérito administrativo e em relação a tal assunto não há sequer critério objetivo que motive a manifestação jurídica. Em projetos como o ora em análise a avaliação jurídica recai especialmente acerca do cumprimento dos requisitos constitucionais e legais necessários para a criação de despesa pública e das formalidades marcantes do processo legislativo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

No mais, observa-se que os trâmites para a sua elaboração foram conduzidos em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação de regência, garantindo-se, assim, a legitimidade e a regularidade do ato normativo.

### **CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, **opina-se<sup>2</sup>** pela **regularidade jurídico-formal, com ressalvas**, da Minuta de Anteprojeto de Lei de fls. 33/36, **nos termos da fundamentação deste parecer**, recomendando-se especial atenção ao cumprimento dos requisitos elencados no art. 7º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 2.382/2014, nos termos dos apontamentos realizados no corpo da Informação nº 009/SCC-DIAL-GEMAT (fls. 37/39), notadamente nas alíneas do item “5” da referida Informação:

Por fim, esclareça-se que, uma vez aprovada a minuta, ainda que com ressalvas ou recomendações, os autos não deverão retornar a este órgão de assessoramento jurídico para reanálise (e/ou visto). Somente deve haver retorno se houver dúvida jurídica fundada ou alteração do conteúdo das minutas que desborde das ressalvas ou recomendações já efetuadas<sup>3</sup>.

É o parecer.

**MARCELO LUIS KOCH**  
**Procurador do Estado**

---

<sup>2</sup> A função do Advogado Público (ou assessor jurídico) quando atua em órgão jurídico de consultoria da Administração é de, quando consultado, emitir uma peça (parecer) técnico-jurídica proporcional à realidade dos fatos, respaldada por embasamento legal, não podendo ser alçado à condição de administrador público, quando emana um pensamento jurídico razoável, construído em fatos reais e com o devido e necessário embasamento legal. (TRF1, AG 0003263-55.2012.4.01.0000 / AM – 08/03/2013 – DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES)

<sup>3</sup>Orientação GAB/PGE nº 9/2022: Ao órgão jurídico consultivo que haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital, contrato, termo aditivo, convênio ou instrumento congênere, mas tenha sugerido alterações pontuais na redação, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **HWDQ6263**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **MARCELO LUIS KOCH** (CPF: 010.XXX.980-XX) em 24/02/2025 às 16:55:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 24/07/2020 - 13:50:35 e válido até 24/07/2120 - 13:50:35.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF9lV0RRNjI2Mw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **HWDQ6263** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



## DESPACHO

**Acolho** os termos e fundamentos do Parecer nº 98/2025-SEA/COJUR, da lavra da Consultoria Jurídica desta Secretaria e determino a remessa dos autos à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), nos moldes estabelecidos no Decreto Estadual nº 2.382, de 2014.

Florianópolis, data da assinatura.

**VÂNIO BOING**  
Secretário de Estado da Administração



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **0U99VWY2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**VANIO BOING** (CPF: 433.XXX.709-XX) em 25/02/2025 às 08:12:12

Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF8wVTk5VldZMg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **0U99VWY2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



DESPACHO  
Nº 034/2024

**Referência:** Processo SEA 21412/2024

A Secretaria de Estado da Administração solicita ao Grupo Gestor de Governo (GGG) análise do projeto de lei que estende a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividades Finalísticas aos órgãos FCC, FCEE, FESPORTE, FAPESC, SAR, SAS, SAQ, SICOS, SEMAE, SETUR, SUDESC e servidores efetivos do quadro civil da SED, PMSC, CBMSC e SSP. O processo já possui despacho DITE (pgs 16 e 17), porém, em deliberação do GGG, o cronograma de implementação da gratificação foi alterado, alterando os impactos financeiros anuais.

Conforme documentação constante do Processo e INFORMAÇÃO nº 06/2024/SEA/GEREF, o pedido resultaria em uma repercussão financeira de R\$ 59.242.703,78 em 2025 e R\$ 187.679.560,94 em 2026 e R\$ 238.038.863,95 em 2027.

Destaca-se que, como se trata de autorização de despesa com folha de pagamento, é necessário considerar os limites de despesas com pessoal do Poder Executivo, estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo relativo a janeiro de 2025, o gasto com pessoal representava **39,37%** da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL), abaixo, portanto, dos limites de alerta (44,10%), do prudencial (46,55%) e legal (49%), estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Cabe salientar que o Relatório de Gestão Fiscal pode já ter sido impactado por processos de aumento com despesa de pessoal que já passaram por essa gerência.

Salienta-se que diversas medidas relacionadas a pessoal foram aprovadas em 2022, 2023 e 2024 com efeitos financeiros a serem sentidos neste exercício e nos seguintes, os quais devem ser considerados para as tomadas de decisão quanto a assunção de novas despesas – de forma a evitar que no curto/médio prazo o Poder Executivo venha a descumprir esses limites.

Outro aspecto que esta Diretoria deve alertar, é sobre o aumento das despesas correntes. A EC n. 109, de 2021, no art. 167-A, instituiu a exigência de avaliação bimestral da relação entre despesas correntes e receitas correntes - poupança corrente (PC) dos entes federados, no qual estabelece que a partir do atingimento da proporção de 85%, é facultado ao ente aplicar os mecanismos de ajuste fiscal, que restringem o aumento da despesa corrente. Na última verificação, realizada em janeiro de 2025, esse indicador da Poupança Corrente – EC 109 para Santa Catarina foi de 86,24% - o que denota a **necessidade de muita cautela na assunção de novas despesas correntes**, especialmente aquelas obrigatórias de caráter continuado.

O Indicador de PC impacta diretamente a Capacidade de Pagamento (CAPAG) do estado avaliada pela STN, isso pode afetar a capacidade e o custo de captação de recursos via dívida.

Cabe mencionar, por fim, que esta análise é restrita ao aspecto financeiro, sem tomar parte em aspectos de caráter jurídico ou técnico, cumprindo a nós emitirmos tão somente manifestações



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DO TESOUREO ESTADUAL  
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

sobre os efeitos financeiros das proposições contidas no expediente, considerando a legislação financeira e/ou o fluxo de caixa do Estado.

**Encaminha-se o processo para análise do Grupo Gestor de Governo.**

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2025.

**Clóvis Renato Squio**  
Diretor do Tesouro Estadual  
(assinado digitalmente)

**De acordo.**  
*À DIOR, para manifestação e demais encaminhamentos.*

**Cleverson Siewert**  
Secretário de Estado da Fazenda



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **NY5S672H**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CLÓVIS RENATO SQUIO** (CPF: 005.XXX.039-XX) em 25/02/2025 às 15:55:15  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:31:45 e válido até 30/03/2118 - 12:31:45.  
(Assinatura do sistema)

✓ **CLEVERSON SIEWERT** (CPF: 017.XXX.629-XX) em 25/02/2025 às 17:24:15  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 18:34:16 e válido até 02/01/2123 - 18:34:16.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF9OWTVTNjcySA==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **NY5S672H** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Informação nº 11/2025/SEA/GEREF

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2025

Referência: Processo SEA 00021412/2024  
Minuta de projeto de lei que altera a Lei nº  
16.465, de 2014.

Senhora Diretora,

Tratam os autos de Minuta de projeto de lei que “Altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências.

O projeto teve repercussão financeira apresentada por meio da Informação nº 126/2024/SEA/GEREF e Informação nº 06/2025/SEA/GEREF, porém alguns pontos necessitaram de complementação e detalhamento, o que apresentamos a seguir.

Os valores mensais de impacto permaneceram os mesmos apresentados anteriormente. Sendo assim, recalculamos o impacto para o ano de 2025, de 2026 e de 2027:

EXERCÍCIO DE 2025	IMPACTO FOLHA		
MÊS	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
MAIO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
JUNHO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
JULHO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
AGOSTO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
SETEMBRO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
OUTUBRO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
NOVEMBRO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
DEZEMBRO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 25.663.892,44</b>	<b>R\$ 33.284.071,51</b>	<b>R\$ 58.947.963,96</b>
<b>CRESCIMENTO VEGETATIVO (0,5%)</b>	<b>R\$ 128.319,46</b>	<b>R\$ 166.420,36</b>	<b>R\$ 294.739,82</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 25.792.211,91</b>	<b>R\$ 33.450.491,87</b>	<b>R\$ 59.242.703,78</b>
SERVIDORES	1.060	2.594	3.654

- Impacto Mensal em 2025 (60% da gratificação): **R\$ 7.368.495,49** (sete milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos);



- Impacto em 2025 (maio a dezembro): **R\$ 59.242.703,78** (cinquenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e três reais, e setenta e oito centavos). Consideramos um crescimento vegetativo de 0,5%;

EXERCÍCIO DE 2026	IMPACTO FOLHA		
	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
JANEIRO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
FEVEREIRO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
MARÇO	R\$ 3.207.986,56	R\$ 4.160.508,94	R\$ 7.368.495,49
<b>ABRIL</b>	<b>R\$ 7.335.083,29</b>	<b>R\$ 12.208.337,40</b>	<b>R\$ 19.543.420,69</b>
MAIO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
JUNHO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
JULHO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
AGOSTO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
SETEMBRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
OUTUBRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
NOVEMBRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
DEZEMBRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 75.639.709,27</b>	<b>R\$ 122.356.563,39</b>	<b>R\$ 197.996.272,65</b>
<b>CRESCIMENTO VEGETATIVO (1%)</b>	<b>R\$ 756.397,09</b>	<b>R\$ 1.223.565,63</b>	<b>R\$ 1.979.962,73</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 76.396.106,36</b>	<b>R\$ 123.580.129,02</b>	<b>R\$ 199.976.235,38</b>
SERVIDORES	2.036	4.284	6.320

- Impacto Mensal em 2026 (100% da gratificação): **R\$ 19.543.420,69** (dezenove milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e nove centavos);

- Impacto em 2026 (100% da gratificação a partir de abril): **R\$ 199.976.235,38** (cento e noventa e nove milhões, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais, e trinta e oito centavos). Consideramos um crescimento vegetativo de 1,0%;

- Impacto em 2027: **R\$ 238.038.863,95** (duzentos e trinta e oito milhões, trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos). Consideramos um crescimento vegetativo de 1,5%;



EXERCÍCIO DE 2027	IMPACTO FOLHA		
	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
JANEIRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
FEVEREIRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
MARÇO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
ABRIL	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
MAIO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
JUNHO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
JULHO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
AGOSTO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
SETEMBRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
OUTUBRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
NOVEMBRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
DEZEMBRO	R\$ 7.335.083,29	R\$ 12.208.337,40	R\$ 19.543.420,69
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 88.020.999,47</b>	<b>R\$ 146.500.048,76</b>	<b>R\$ 234.521.048,23</b>
<b>CRESCIMENTO VEGETATIVO (1,5%)</b>	<b>R\$ 1.320.314,99</b>	<b>R\$ 2.197.500,73</b>	<b>R\$ 3.517.815,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 89.341.314,46</b>	<b>R\$ 148.697.549,49</b>	<b>R\$ 238.038.863,95</b>
SERVIDORES	2.036	4.284	6.320

Assim, considerando que a publicação da lei acarretará não só em impacto financeiro na folha de pagamento de ativos e inativos, mas também na folha de pagamento dos beneficiados por pensão previdenciária, sugerimos o encaminhamento ao IPREV, para apresentação da repercussão financeira.

**Luísa Biava**  
Assessora Técnica

*De acordo.*  
*À consideração do Senhor Secretário.*

**Andreia Ranzi de Camargo**  
Diretora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e.e.

*De acordo.*  
*Encaminhe-se ao IPREV.*

**Vânio Boing**  
Secretário de Estado da Administração



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **PU1A0U46**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **LUÍSA BIAVA** (CPF: 079.XXX.169-XX) em 26/02/2025 às 17:48:22  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 15/06/2018 - 09:31:12 e válido até 15/06/2118 - 09:31:12.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **ANDREIA RANZI DE CAMARGO** (CPF: 850.XXX.809-XX) em 26/02/2025 às 17:55:27  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:31:33 e válido até 30/03/2118 - 12:31:33.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **VANIO BOING** (CPF: 433.XXX.709-XX) em 26/02/2025 às 19:16:53  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF9QVTFBMTU0Ng==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **PU1A0U46** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Informação DIOR nº 016/2025

Florianópolis, data da assinatura digital.

**Ementa:** Reanálise - Processo SGP-e SEA 21412/2024 – refere-se à minuta de projeto de lei que dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade.

Senhor Secretário de Estado da Fazenda,

Tratam os referidos autos de solicitação de reanálise e manifestação desta Diretoria de Planejamento Orçamentário (DIOR) sobre minuta de projeto de lei encaminhada pela Secretaria de Estado da Administração e da Secretaria de Estado da Casa Civil, Informação 009/SCC-DIAL-GEMAT, que dispõe sobre a inclusão do pagamento de Retribuição Financeira para servidores da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de SC (FAPESC), Secretaria de Estado da Agricultura (SAR), Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca (SAQ), Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE), Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC) e Servidores efetivos do quadro civil lotados na Secretaria de Estado da Educação (SED), no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC), na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e na Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Primeiramente, cumpre destacar que à DIOR, como núcleo técnico do Sistema Administrativo de Planejamento Orçamentário, cabem manifestações sobre assuntos relacionados ao orçamento público estadual, conforme competências inscritas na Lei Complementar nº 741/2019 e no Decreto nº 2.094/2022, que aprovou o Regimento Interno desta SEF. Nesse sentido, a análise realizada por esta DIOR se restringe ao aspecto estritamente orçamentário, não tomando parte em aspectos de caráter jurídico, administrativo ou financeiro das proposições contidas no processo.

Pois bem, por se tratar de criação de despesa obrigatória de caráter continuado, deve haver a demonstração do cumprimento do art. 17, demandado pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), no qual é requerida a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

A LRF determina que a geração de despesa deve atender aos seus arts. 16 e 17. Cada artigo, porém, trata de características específicas da geração de despesa ou assunção de obrigação. Nesse aspecto, o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de observância obrigatória para a elaboração do Anexo de Metas Fiscais pelos entes, apresenta na 14ª edição alguns entendimentos técnicos a respeito das regras de geração e assunção de despesa.

O referido manual aborda que o art. 16 traz a exigência de que a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhada da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e é condição prévia para empenho e licitação. O controle ocorre, portanto, na fase de execução do orçamento. Já o art. 17 refere-se aos atos que criem ou aumentem despesa obrigatória de caráter continuado e envolve, portanto, proposição legislativa. Nesse caso, a estimativa do impacto orçamentário é condição prévia para a proposição de lei, medida provisória ou ato administrativo, tratando-se, pois, da fase de aprovação do orçamento.

Nesse sentido, o entendimento expresso no MDF é de que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deve ser apresentada no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. Dessa forma, entende-se que será necessária a apresentação da estimativa do impacto quando o orçamento aprovado não contemplar a ação governamental, visto que para as ações já incluídas na Lei Orçamentária, o impacto já foi incluído e avaliado na aprovação do orçamento.

Em análise realizada com base nas informações contidas na Informação nº 11/2025/SEA/GEREF (fls. 055 a 057), verifica-se que em 2025 há previsão de impacto orçamentário derivado do projeto de lei de R\$ 25.792.211,91 com os servidores ativos. Em 2026, o impacto é R\$ 76.396.106,36, considerando o crescimento vegetativo de 1%. Já em 2027 o impacto é R\$ 89.341.314,46, considerando o crescimento vegetativo de 1,5%.

Diante do exposto nos autos, verifica-se que as despesas ocorrerão nas subações de despesa de pessoal e encargos sociais de suas respectivas Unidades Orçamentárias. E após análise no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), identifica-se o saldo orçamentário na Lei Orçamentária Anual 2025 (LOA-2025) de R\$ 2.130.752.651,68, considerando que a folha de salários de fevereiro já foi empenhada, conforme segue:

UG / Subação / FR	Dot. Inicial	Dot. Atualizada	Pré Empenho	Empenhado	Contingenciamento	Em NO	% em NO	Saldo Disponível	% executado
160085	450.808.064,00	450.808.064,00	0,00	67.422.353,88				383.385.710,12	14,96%
160091	14.090.002,00	14.090.002,00	0,00	2.035.532,30				12.054.469,70	14,45%
160097	1.603.205.066,00	1.603.293.633,40	1.435.255,00	270.368.042,55				1.331.490.335,85	16,86%
260001	14.656.712,00	14.656.712,00	0,00	1.884.042,19				12.772.669,81	12,85%
270001	18.456.255,00	18.456.255,00	0,00	2.291.381,52				16.164.873,48	12,42%
280024	3.472.313,00	3.472.313,00	0,00	522.887,32				2.949.425,68	15,06%
310020	880.162,00	880.162,00	0,00	110.315,18				769.846,82	12,53%
320001	7.899.488,00	7.899.488,00	0,00	1.083.225,82				6.816.262,18	13,71%
330001	3.875.713,00	3.875.713,00	0,00	753.107,56				3.122.605,44	19,43%
410070	21.402.500,00	21.402.500,00	0,00	2.978.076,23				18.424.423,77	13,91%
410073	9.280.205,00	9.280.205,00	0,00	1.633.508,70				7.646.696,30	17,60%
440001	13.664.342,00	13.664.342,00	0,00	984.972,22				12.679.369,78	7,21%
440025	1.410.199,00	1.410.199,00	0,00	230.185,19				1.180.013,81	16,32%
450001	247.077.201,00	253.170.701,00	0,00	46.109.581,68		0,00	0,00%	207.061.119,32	18,21%
450021	134.127.683,00	126.727.683,00	0,00	12.492.853,38		0,00	0,00%	114.234.829,62	9,86%
<b>Total</b>	<b>2.544.305.905,00</b>	<b>2.543.087.972,40</b>	<b>1.435.255,00</b>	<b>410.900.065,72</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>2.130.752.651,68</b>	<b>16,16%</b>

Fonte: SIGEF, em 26/02/2025.

Quanto à análise do PPA 2024/2027, nas Unidades Orçamentárias visualizamos que há saldo de R\$ 9.766.035.243,74 para todo o período que abrange 2024/2027, considerando que a folha de salários de fevereiro já foi empenhada, conforme quadro abaixo:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Ano UO	2024		2025		2026		2027		Total	
	PPA	Executado	PPA	Executado	PPA	Executado	PPA	Executado	PPA	Executado
45021	108.000.000,00	73.435.189,83	134.500.000,00	12.492.853,38	372.762.311,00		372.762.311,00		988.024.622,00	85.928.043,21
45001	230.000.000,00	263.333.699,67	300.000.000,00	46.109.581,68	310.000.000,00		320.000.000,00		1.160.000.000,00	309.443.281,35
44025	2.700.000,00	449.479,50	2.904.550,00	230.185,19	3.181.174,00		3.513.122,00		12.298.846,00	679.664,69
44001	12.300.000,00	6.042.264,84	16.000.000,00	984.972,22	17.700.000,00		19.400.000,00		65.400.000,00	7.027.237,06
41073	11.000.000,00	8.733.874,70	11.000.000,00	1.633.508,70	11.000.000,00		11.000.000,00		44.000.000,00	10.367.383,40
41070	20.948.161,00	19.089.780,75	21.402.500,00	2.978.076,23	22.300.000,00		23.600.000,00		88.250.661,00	22.067.856,98
33001	12.000.000,00	4.238.852,78	12.000.000,00	753.107,56	12.000.000,00		12.000.000,00		48.000.000,00	4.991.960,34
32001	13.000.000,00	7.286.643,39	13.000.000,00	1.083.225,82	13.000.000,00		13.000.000,00		52.000.000,00	8.369.869,21
31020	992.958,00	731.531,45	1.985.916,00	110.315,18	3.971.831,00		4.000.000,00		10.950.705,00	841.846,63
28024	4.750.000,00	3.204.878,68	6.467.000,00	522.887,32	7.613.000,00		8.375.000,00		27.205.000,00	3.727.766,00
27001	23.381.282,00	14.538.949,81	23.381.282,00	2.291.381,52	23.381.282,00		23.381.282,00		93.525.128,00	16.830.331,33
26001	20.374.370,00	12.990.549,25	22.411.806,00	1.879.938,19	24.652.987,00		27.118.286,00		94.557.449,00	14.870.487,44
16097	1.667.000.000,00	1.518.513.030,37	1.853.000.000,00	270.364.714,53	2.113.200.000,00		2.269.400.000,00		7.902.600.000,00	1.788.877.744,90
16091	20.000.000,00	12.688.487,87	27.600.000,00	2.035.532,30	29.236.000,00		30.910.000,00		107.746.000,00	14.724.020,17
16085	460.000.000,00	419.353.320,67	463.000.000,00	67.422.353,88	462.000.000,00		462.000.000,00		1.847.000.000,00	486.775.674,55
Total	2.606.446.771,00	2.364.630.533,56	2.908.653.054,00	410.892.633,70	3.425.998.585,00		3.600.460.001,00		12.541.558.411,00	2.775.523.167,26

Fonte: SIGEF, em 26/02/2025.

Foi verificado nos autos a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor (2025) e nos dois subsequentes (2026 e 2027) com descrição do valores e o seu detalhamento, e a declaração de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentária assinada pelo Secretário de Estado da Administração (SEA), requisitos necessários para atendimento do art. 16 da Lei Complementar 101/2000 o qual dispõe sobre Geração da Despesa.

Conforme destacado pela Diretoria do Tesouro (DITE), fls. 053 a 054, é importante observar a Poupança Corrente do Estado, a qual em sua última avaliação alcançou o patamar de 86,24% (janeiro/2025), pois pode indicar a necessidade de prudência ao assumir novas despesas correntes, principalmente as de caráter continuado e obrigatória.

Por todo o exposto, informa-se que, sob o ponto de vista orçamentário em relação aos servidores ativos, ficou demonstrada a origem dos recursos para cobertura das despesas adicionais resultantes do projeto em discussão, haja vista que, no aspecto global, há um suporte de meta financeira no PPA 2024/2027 e previsão de dotação na LOA-2025 para suportar a despesa da minuta de projeto de lei. Quanto à análise ao impacto orçamentário para suportar as despesas relacionadas aos servidores inativos, sugere-se que seja submetido à análise do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV).

Alertamos que deverá constar nos autos a declaração assinada pelos ordenadores primários de despesas dos órgãos contemplados por este projeto de lei que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, requisito necessário para atendimento do art. 16 da Lei Complementar 101/2000 o qual dispõe sobre geração da despesa.

Por fim, cabe evidenciar que a análise realizada por esta DIOR se restringe ao aspecto estritamente orçamentário, sem tomar parte em aspectos de caráter jurídico, administrativo ou financeiro, cumprindo tão somente emitir manifestação sobre os efeitos orçamentários das proposições contidas no processo.

É a informação, que submetemos à apreciação superior.

Respeitosamente,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

**Luciano de Sousa Rodrigues da  
Fonseca**

Diretor de Planejamento Orçamentário  
*(assinado digitalmente)*

**De acordo**, encaminhe-se à Secretaria de Estado da Administração (SEA).

**Cleverson Siewert**

Secretário de Estado da Fazenda  
*(assinado digitalmente)*



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **8ZAV197S**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **LUCIANO DE SOUSA RODRIGUES DA FONSECA** (CPF: 910.XXX.901-XX) em 27/02/2025 às 15:11:48  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/12/2019 - 15:12:01 e válido até 18/12/2119 - 15:12:01.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **CLEVERSON SIEWERT** (CPF: 017.XXX.629-XX) em 27/02/2025 às 16:40:20  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 18:34:16 e válido até 02/01/2123 - 18:34:16.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF84WkFWMTk3Uw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **8ZAV197S** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GRUPO GESTOR DE GOVERNO**

Deliberação nº 0320/2025

Florianópolis, data da assinatura digital.

Exmo. Senhor  
**VÂNIO BOING**  
Secretário de Estado da Administração  
Florianópolis – SC

**CLASSIFICAÇÃO:** OUTROS

**PROCESSO:** SEA 21412/2024

**OBJETO:** Submete à apreciação minuta de projeto de lei que “Altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências”.

Em suma, visa estender a Retribuição Financeira por Desempenho de Atividades Finalísticas aos órgãos FCC, FCEE, FESPORTE, FAPESC, SAR, SAS, SAQ, SCTI, SICOS, SEMAE, SETUR, SUDESC, IMETRO/SC e servidores efetivos do quadro civil da SED, PMSC, CBMSC e SSP.

**VALOR:** O impacto financeiro para cada ano é:  
R\$ 59.242.703,78 Impacto para 2025;  
R\$ 199.976.235,38 Impacto para 2026;  
R\$ 238.038.863,95 Impacto para 2027.

**RESSALVA:** Esta Deliberação torna sem efeitos a Deliberação nº 0146/2025.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo relativo a janeiro de 2025, o gasto com pessoal representava 39,37% da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL), abaixo, portanto, dos limites de alerta (44,10%), do prudencial (46,55%) e legal (49%), estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

**DELIBERAÇÃO:**

DEFERIDO

INDEFERIDO

**Obs.:** As decisões do GGG em processos administrativos que envolvam criação ou aumento de despesa serão tomadas exclusivamente com base na perspectiva econômico-financeira, de modo que não compete a ele qualquer análise dos procedimentos adotados pelos gestores, sendo de atribuição da autoridade ou do agente solicitante o exame e o cumprimento dos requisitos constitucionais e legais de validade do ato administrativo e a observância das limitações decorrentes da programação orçamentária e financeira disponibilizada em favor do órgão interessado no cronograma de desembolso de recursos. (art. 37, §4º da LC nº 741/2019).

CLEVERSON SIEWERT  
Presidente do GGG  
Secretário de Estado da Fazenda

VÂNIO BOING  
Secretário de Estado da Administração

CLARIKENNEDY NUNES  
Secretário de Estado da Casa Civil

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI  
Procurador-Geral do Estado

DANIELI BLANGER PINHEIRO PORPORATTI  
Secretária Gabinete Governador do Estado

EDGARD NOVUCHY PEREIRA USUY  
Secretário de Estado do Planejamento

DIEGO RICARDO HOLLER  
Presidente do Centro de Informática e Automação  
do Estado de Santa Catarina, em exercício



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **X7R0G95P**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **CLEVERSON SIEWERT** (CPF: 017.XXX.629-XX) em 27/02/2025 às 19:27:14  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 18:34:16 e válido até 02/01/2123 - 18:34:16.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI** (CPF: 888.XXX.859-XX) em 27/02/2025 às 20:52:52  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 03/01/2023 - 12:39:09 e válido até 03/01/2123 - 12:39:09.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **VANIO BOING** (CPF: 433.XXX.709-XX) em 28/02/2025 às 10:31:01  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **CLARIKENNEDY NUNES** (CPF: 634.XXX.299-XX) em 28/02/2025 às 11:29:46  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 07/07/2023 - 16:23:37 e válido até 07/07/2123 - 16:23:37.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **DIEGO RICARDO HOLLER** (CPF: 029.XXX.059-XX) em 28/02/2025 às 17:17:35  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/03/2019 - 18:58:05 e válido até 13/03/2119 - 18:58:05.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **EDGARD NOVUCHY PEREIRA USUY** (CPF: 003.XXX.139-XX) em 05/03/2025 às 17:25:44  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/03/2024 - 17:29:18 e válido até 05/03/2124 - 17:29:18.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMdBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF9YN1lwRzk1UA==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **X7R0G95P** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício nº 48/2025/SEA/GABS

Ref. Processo **SEA 21412/2024**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício n. 283/CC-DIAL-GEMAT, item c, folhas 69, e à Informação DIOR nº 016/2025, folhas 59-62, solicitamos manifestação do IPREV quanto à análise do impacto orçamentário para suportar as despesas relacionadas aos servidores inativos e pensionistas.

Atenciosamente,

**VÂNIO BOING**  
Secretário de Estado da Administração

Prezado Senhor  
**MAURO LUIZ DE OLIVEIRA**  
Presidente  
IPREV



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **LB6A835S**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**VANIO BOING** (CPF: 433.XXX.709-XX) em 10/03/2025 às 18:33:36

Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF9MQjZBODM1Uw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **LB6A835S** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

INFORMAÇÃO nº. 013/2025

Florianópolis, 10 de março de 2025

Senhor Presidente,

Tratam os autos de repercussão previdenciária de projeto de lei complementar que altera a Lei nº 16.465, de 2014, que institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui a gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000 aos órgãos FCC, FCEE, FESPORTE, FAPESC, SAR, SAS, SAQ, SCTI, SICOS, SEMAE, SETUR, SUDESC, IMETRO/SC e servidores efetivos do quadro civil da SED, PMSC, CBMSC e SSP.

Para cálculo do impacto previdenciário, considerou-se o pagamento a ser realizado aos pensionistas, considerando o valor de 60% da gratificação a partir de Maio de 2025. Para 2026, o valor considerado até Março foi de 60% da gratificação, já a partir de Abril, o valor de 100% da gratificação.

Equiparados 60 %	
Impacto	Pensionistas
Mensal	R\$ 1.588.505,95
Grat. 13º	R\$ 132.375,50
<b>Total Mensal</b>	<b>R\$ 1.720.881,44</b>
<b>Quantidade</b>	<b>970</b>

Equiparados 100 %	
Impacto	Pensionistas
Mensal	R\$ 2.647.509,91
Grat. 13º	R\$ 220.625,83
<b>Total Mensal</b>	<b>R\$ 2.868.135,74</b>
<b>Quantidade</b>	<b>970</b>

Impacto Anual	Total
2025 <sup>1</sup>	R\$ 13.767.051,53
2026 <sup>2</sup>	R\$ 30.975.865,95
2027	R\$ 34.417.628,83
<b>Valor total</b>	<b>R\$ 79.160.546,31</b>
<b>Pensionistas</b>	<b>970</b>

<sup>1</sup> Considerando o valor de 60 % da gratificação a partir de Maio de 2025.

<sup>2</sup> Considerando o valor de 60 da gratificação até Março e a partir de Abril, o valor em sua totalidade.

O cálculo do impacto com inativos já está contemplado na Informação nº 06/2025/SEA/GEREF, páginas 24 a 27 do processo SEA 21412/2024.

Em relação à disponibilidade orçamentária e financeira, informamos que há disponibilidade, conforme o que se segue:

Subação	Nome	Saldo 2025 <sup>3</sup> (R\$)	Saldo 2026 <sup>4</sup> (R\$)	Saldo 2027 (R\$)
9345	Encargo com inativos – Poder Executivo	1.132.692.040	2.168.198.573	2.385.018.431
9350	Encargos com inativos – FCEE	221.817.641	186.387.880	205.026.668
14805	Encargo com inativos – FAPESC	406.157	605.801	666.381
14810	Encargo com inativos – FESPORTE	3.182.035	4.302.620	4.732.882
14814	Encargo com inativos – FCC	11.292.107	14.928.257	16.421.082
Subtotal Inativos		1.369.389.980	2.374.423.131	2.611.865.444
9360	Pensões – Poder Executivo	945.405.103	1.231.639.668	1.354.803.635
Total		2.314.795.083	3.606.062.799	3.966.669.079

Estas são as informações que dispomos, com base nos valores do mês de fevereiro de 2025.

Ficamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

**Rodrigo Nascimento Santiago**  
Gerente de Planejamento

**Abelardo Osni Rocha Júnior**  
Diretor de Administração

De acordo,

**Mauro Luiz de Oliveira**  
Presidente do IPREV

<sup>3</sup> Fonte: SIGEF - Crédito Disponível - 6.2.2.1.1.00.00.00

<sup>4</sup> Fonte: SIGEF - PPA



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **11UW97GX**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**RODRIGO NASCIMENTO SANTIAGO** (CPF: 040.XXX.679-XX) em 11/03/2025 às 14:27:48

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:02:18 e válido até 13/07/2118 - 15:02:18.

(Assinatura do sistema)



**ABELARDO OSNI ROCHA JUNIOR** (CPF: 041.XXX.279-XX) em 11/03/2025 às 14:30:16

Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 06/06/2022 - 09:41:35 e válido até 05/06/2025 - 09:41:35.

(Assinatura ICP-Brasil)



**"MAURO LUIZ DE OLIVEIRA"** em 11/03/2025 às 14:47:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/01/2024 - 17:32:12 e válido até 11/01/2124 - 17:32:12.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF8xMVVXOTdHWA==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **11UW97GX** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Ano Base: 2025

Unidade Gestora 470076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)

Gestão 47076 Fundo em Repartição - SC SEGURO

Incluir Saldos Zerados Não

Conta Contábil 6.2.2.1.1.00.00.00 =Crédito Disponível

Conta Corrente

Conta Corrente	Mês Referência Março		
	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
	1.126.809,10	0,00	9.686.252.088,20 C
47076 009342 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	140.707.365,00 C
47076 009342 1.799.283.000 31.90.01	0,00	0,00	17.700.000,00 C
47076 009342 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	404.532.698,00 C
47076 009342 1.801.250.000 31.90.86	0,00	0,00	500.000,00 C
47076 009342 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	6.342.009,26 C
47076 009342 1.801.250.000 31.90.94	0,00	0,00	30.000,00 C
47076 009342 1.801.289.000 31.90.92	0,00	0,00	16.753.187,00 C
47076 009342 2.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	52.373.679,19 C
47076 009342 2.801.260.000 31.90.01	0,00	0,00	8.986.647,71 C
47076 009342 2.801.289.000 31.90.01	0,00	0,00	173.549.588,95 C
47076 009342 2.801.289.000 31.90.92	0,00	0,00	3.254.156,59 C
47076 009342 2.801.298.000 31.90.01	0,00	0,00	1.826.782,89 C
47076 009342 2.801.299.000 31.90.01	0,00	0,00	7.890.000,00 C
47076 009343 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	91.963.727,06 C
47076 009343 1.801.250.000 31.90.86	0,00	0,00	500.000,00 C
47076 009343 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	3.340.213,71 C
47076 009343 1.801.289.000 31.90.01	0,00	0,00	13.915.203,00 C
47076 009343 2.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	135.957.130,93 C
47076 009343 2.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	6.105.560,06 C
47076 009343 2.801.289.000 31.90.01	0,00	0,00	75.808.508,64 C
47076 009345 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	1.128.727.736,85 C
47076 009345 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	398.425,35 C
47076 009345 1.801.250.000 31.90.86	0,00	0,00	846.894,47 C
47076 009345 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	100.000,00 C
47076 009345 1.801.289.000 31.90.01	0,00	0,00	2.618.985,00 C
47076 009346 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	51.151.221,55 C
47076 009346 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	547.557,37 C
47076 009347 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	762.262.533,16 C
47076 009347 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	96.029,59 C
47076 009348 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	1.534.173.847,31 C
47076 009348 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	630.169,46 C
47076 009348 1.801.240.000 31.90.01	0,00	0,00	16.532.939,00 C
47076 009348 1.801.260.000 31.90.01	0,00	0,00	6.243.171,00 C
47076 009349 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	289.671.602,44 C
47076 009349 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	12.942,53 C
47076 009349 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	862.058.092,28 C
47076 009349 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	285.558,00 C
47076 009350 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	78.135.030,77 C
47076 009350 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	26.989,40 C
47076 009350 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	148.512.843,00 C
47076 009350 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	142.779,00 C
47076 009356 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	144.139.694,77 C
47076 009356 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	91.532,18 C
47076 009358 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	317.407.530,21 C
47076 009358 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	3.581.318,00 C
47076 009358 1.801.250.000 31.90.86	0,00	0,00	8.500.000,00 C
47076 009358 2.802.250.000 31.90.01	0,00	0,00	190.713,73 C
47076 009359 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	83.291.359,61 C



Unidade Gestora 470076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)

Gestão 47076 Fundo em Repartição - SC SEGURO

Incluir Saldos Zerados Não

Conta Contábil 6.2.2.1.1.00.00.00 =Crédito Disponível

Conta Corrente

Conta Corrente	Mês Referência Março		Saldo
	Mov. Devedor	Mov. Credor	
47076 009359 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	29.414.221,00 C
47076 009359 1.801.250.000 31.90.86	0,00	0,00	500.000,00 C
47076 009359 1.801.250.000 31.90.92	879.192,29	0,00	1.500.457,71 C
47076 009359 2.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	3.586.280,07 C
47076 009359 2.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	21.152,31 C
47076 009359 2.801.289.000 31.90.01	240.231,77	0,00	150.241,98 C
47076 009359 2.802.250.000 31.90.01	0,00	0,00	328.621,73 C
47076 009360 1.500.100.000 31.90.03	0,00	0,00	22.365.413,38 C
47076 009360 1.801.250.000 31.90.03	0,00	0,00	921.947.650,63 C
47076 009360 1.801.250.000 31.90.92	1.510,85	0,00	1.092.040,40 C
47076 009380 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	34.154.216,79 C
47076 009380 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	32.922,20 C
47076 009380 1.500.100.000 31.90.94	0,00	0,00	4.216,88 C
47076 009659 1.801.250.000 31.90.03	0,00	0,00	30.202.614,59 C
47076 009659 1.801.250.000 31.90.92	3.571,04	0,00	564.313,54 C
47076 009660 1.801.250.000 31.90.03	0,00	0,00	122.066.494,23 C
47076 009660 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	848.199,96 C
47076 009660 1.801.250.000 31.90.94	0,00	0,00	18.387,71 C
47076 009660 2.801.289.000 31.90.92	0,00	0,00	25.619.536,57 C
47076 009661 1.801.250.000 31.90.03	0,00	0,00	35.474.989,80 C
47076 009661 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	10.428.737,63 C
47076 009661 2.801.250.000 31.90.03	0,00	0,00	4.188.221,08 C
47076 009661 2.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	424,63 C
47076 009662 1.500.100.000 31.90.03	0,00	0,00	10.082.267,00 C
47076 009662 1.801.250.000 31.90.03	0,00	0,00	50.178.531,03 C
47076 009662 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	644.494,32 C
47076 009662 1.801.289.000 31.90.03	0,00	0,00	2.070.852,00 C
47076 009663 1.500.100.000 31.90.91	0,00	0,00	13.563.000,00 C
47076 009663 1.500.100.000 33.90.91	0,00	0,00	1.800.000,00 C
47076 013015 1.500.100.000 31.90.03	0,00	0,00	49.497.820,48 C
47076 013015 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	11.216,03 C
47076 014228 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	44.681,04 C
47076 014228 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	40.871,00 C
47076 014791 1.500.100.000 31.90.03	0,00	0,00	14.153.231,89 C
47076 014793 1.500.100.000 31.90.03	0,00	0,00	66.542.893,04 C
47076 014793 1.803.250.000 31.90.03	0,00	0,00	343.402.076,57 C
47076 014793 1.803.250.000 31.90.92	2.303,15	0,00	42.481.441,84 C
47076 014793 1.803.289.000 31.90.03	0,00	0,00	185.882,00 C
47076 014795 1.500.100.000 31.90.01	0,00	0,00	1.072.019.636,40 C
47076 014795 1.500.100.000 31.90.12	0,00	0,00	20.000,00 C
47076 014795 1.500.100.000 31.90.92	0,00	0,00	30.000.000,00 C
47076 014795 1.803.250.000 31.90.01	0,00	0,00	50.000.000,00 C
47076 014795 1.803.250.000 31.90.92	0,00	0,00	30.000.000,00 C
47076 014795 1.803.250.000 33.90.86	0,00	0,00	20.500.000,00 C
47076 014805 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	358.565,80 C
47076 014805 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	47.592,00 C
47076 014807 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	2.088.684,34 C
47076 014807 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	9.518,00 C
47076 014808 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	101.320,84 C



Unidade Gestora 470076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)

Gestão 47076 Fundo em Repartição - SC SEGURO

Incluir Saldos Zerados Não

Conta Contábil 6.2.2.1.1.00.00.00 =Crédito Disponível

Conta Corrente

Conta Corrente	Mês Referência Março		
	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
47076 014808 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	4.758,00 C
47076 014809 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	10.000,00 C
47076 014810 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	3.153.480,30 C
47076 014810 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	28.555,00 C
47076 014811 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	22.206.097,82 C
47076 014811 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	142.778,00 C
47076 014812 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	2.617.871,76 C
47076 014812 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	28.555,00 C
47076 014814 1.801.250.000 31.90.01	0,00	0,00	11.244.515,86 C
47076 014814 1.801.250.000 31.90.92	0,00	0,00	47.592,00 C



Ano Base: 2025

**Unidade Gestora** 470076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)  
**Gestão** 47076 Fundo em Repartição - SC SEGURO  
**Incluir Saldos Zerados** Não  
**Conta Contábil** 8.2.1.9.2.01.00.00 =Disponibilidade por Fonte a Utilizar - Controle por Domicílio Bancário

**Conta Corrente**

Conta Corrente	Mês Referência Março		
	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
	68.265.729,66	58.589.753,32	650.501.710,01 C
001 035823 0000051519 1.801.250.511	482,20	0,00	4.010.480,46 C
001 035823 0000051519 1.801.250.512	0,00	0,00	177,54 C
001 035823 0000051519 1.801.250.513	0,00	0,00	9.125,71 C
001 035823 0000051519 1.801.250.514	0,00	0,00	9.434,07 C
001 035823 0000051519 1.801.250.515	0,00	0,00	21.327,45 C
001 035823 0000051519 1.801.250.526	0,00	295.603,03	299.209,19 C
001 035823 0000051519 1.801.289.511	0,00	0,00	37.983,82 C
001 035823 0000051519 1.803.250.000	0,00	0,00	11.893,49 C
001 035823 000806010X 1.500.100.000	250.310,36	0,00	262.040,86 C
001 035823 000806010X 1.801.289.511	0,00	0,00	3.790,24 C
001 035823 0008060118 1.801.289.512	0,00	0,00	33.591,37 C
001 035823 0008060126 1.801.289.513	0,00	0,00	5.736.969,70 C
001 035823 0008060126 2.801.250.513	0,00	0,00	24.444.021,76 C
001 035823 0008060126 2.801.260.000	0,00	0,00	8.986.647,71 C
001 035823 0008060126 2.801.289.513	0,00	0,00	201.116.212,44 C
001 035823 0008060126 2.801.298.000	0,00	0,00	1.826.782,89 C
001 035823 0008060126 2.801.299.000	0,00	0,00	7.890.000,00 C
001 035823 0008060134 1.801.289.515	0,00	0,00	128.166,55 C
001 035823 0008060142 1.801.289.514	0,00	0,00	3.182.246,49 C
001 035823 0008060142 2.801.250.514	0,00	0,00	70.217.510,98 C
001 035823 0008060142 2.801.289.514	0,00	0,00	71.818.262,96 C
001 035823 0008060142 2.802.250.000	0,00	0,00	679.206,37 C
001 035823 0008060169 1.500.100.000	37.033.354,20	36.786.170,00	962.111,41 C
001 035823 0008060169 1.501.101.000	0,00	0,00	2.309,70 C
001 035823 0008060169 1.801.240.000	0,00	507.506,79	1.811.795,37 C
001 035823 0008060169 1.801.250.511	6.129.294,73	224.168,76	2.645.707,67 C
001 035823 0008060169 1.801.260.000	0,00	0,00	181.256,89 C
001 035823 0008060169 1.801.289.511	0,00	0,00	582.063,95 C
001 035823 0008060169 1.862.999.000	10.102,92	102,92	4.394,18 C
001 035823 0008060169 2.501.101.000	0,00	0,00	64.559,47 C
001 035823 0008060169 2.801.240.000	0,00	0,00	3.288.621,36 C
001 035823 0008060169 2.801.250.511	0,00	0,00	487.418,83 C
001 035823 0008060169 2.801.260.000	0,00	0,00	125.110,83 C
001 035823 0008060169 2.801.289.511	0,00	0,00	463.928,21 C
001 035823 0008060169 2.801.298.000	0,00	0,00	60.100,00 C
001 035823 0008060169 2.802.250.000	0,00	0,00	11.978.190,60 C
001 035823 0008060177 1.801.250.512	316.383,18	10.000,00	2.443.506,74 C
001 035823 0008060177 1.801.289.512	0,00	0,00	261.450,86 C
001 035823 0008060177 2.500.100.000	0,00	0,00	27,58 C
001 035823 0008060177 2.801.250.512	0,00	0,00	725,88 C
001 035823 0008060177 2.802.250.000	0,00	0,00	190.713,73 C
001 035823 0008060185 1.801.250.513	0,00	0,00	62.171.194,42 C
001 035823 0008060185 1.801.289.513	0,00	0,00	1.175.470,70 C
001 035823 0008060185 2.500.100.000	0,00	0,00	126.899,32 C
001 035823 0008060185 2.801.250.513	0,00	0,00	27.930.518,73 C
001 035823 0008060185 2.801.289.513	0,00	0,00	1.307.069,67 C
001 035823 0008060185 2.802.250.000	0,00	0,00	2.726.534,49 C
001 035823 0008060193 1.801.250.515	882.763,33	0,00	6.773.093,37 C



**Unidade Gestora** 470076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)  
**Gestão** 47076 Fundo em Repartição - SC SEGURO  
**Incluir Saldos Zerados** Não  
**Conta Contábil** 8.2.1.9.2.01.00.00 =Disponibilidade por Fonte a Utilizar - Controle por Domicílio Bancário  
**Conta Corrente**

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mês Referência Março	
		Mov. Credor	Saldo
001 035823 0008060193 1.801.289.515	0,00	0,00	261.223,09 C
001 035823 0008060193 2.801.250.515	0,00	0,00	3.615.065,13 C
001 035823 0008060193 2.801.289.515	240.231,77	0,00	150.241,98 C
001 035823 0008060193 2.802.250.000	0,00	0,00	328.621,73 C
001 035823 0008060207 1.801.250.514	0,00	1.107,44	13.662.668,48 C
001 035823 0008060207 1.801.289.514	0,00	0,00	1.972.632,00 C
001 035823 0008060207 2.801.250.514	0,00	0,00	89.113.300,57 C
001 035823 0008060207 2.801.289.514	0,00	0,00	3.990.245,68 C
001 035823 0008060215 1.801.250.511	0,00	0,00	2.075.842,90 C
001 035823 0008060215 1.801.289.511	0,00	0,00	21.551,87 C
001 035823 0008060584 1.500.100.000	20.383.299,23	20.384.523,58	6.604,49 C
001 035823 0008060584 1.501.101.000	0,00	0,00	1.182,38 C
001 035823 0008060584 1.803.250.000	3.019.507,74	0,00	960.952,77 C
001 035823 0008060584 1.803.289.000	0,00	0,00	164.089,48 C
001 035823 0008060584 1.862.999.000	0,00	0,00	2.007,00 C
001 035823 0008060584 2.501.101.000	0,00	0,00	3.034,33 C
001 035823 0008060584 2.802.250.000	0,00	0,00	3.850.986,82 C
001 035823 0008060584 2.803.250.000	0,00	0,00	1.048.804,88 C
001 035823 0008060584 2.803.289.000	0,00	0,00	402.227,62 C
001 035823 0009900004 1.801.240.000	0,00	380.570,80	380.570,80 C



Ano Base: 2025

**Identificação**

**Subação** 009345  
**Unidade Orçamentária** 47076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)  
**Programa** 0860 Gestão Previdenciária  
**Ação** 0136 Encargos com inativos  
**Nome** Encargos com inativos - Poder Executivo - SC Seguro  
**Nome Abreviado** Enc inativos - Exec - SC Seg  
**Descrição** Pagamento de encargos com inativos do Poder Executivo vinculados ao SC Seguro (Fundo em repartição)  
**Produto** 363 Servidor inativo  
**Função** 09 Previdência Social  
**Subfunção** 272 Previdência do Regime Estatutário  
**Localização** Estadual  
**Responsável** 012.345.678-90 Administrador SIGEF **Desde** 17/07/2007  
**Tipo** Atividade  
**Caracterização** Demais Despesas  
**Caráter Continuado** Sim **Base Legal** LCE 412/2008  
**Esfera** Seguridade **PROGOV** Não  
**Forma Implementação** Direta **Emenda Parlamentar** Não  
**Data Início** 01/01/2008 **Data Término**  
**Situação Registro** Ativo **Tipo Acumulação** Maior Valor  
**Fase PPA** Aprovada

**Vinculações**

Objetivos Plano Governo

Objetivos Plano SC

Objetivos Orientação Estratégica

**Metas Físicas**

Unidade Medida	2024	2025	2026	2027	Total
unidade	2.002,0	2.020,0	2.040,0	2.060,0	2.060,0

**Metas Financeiras**

Fonte Recurso (Orçamentária)	2024	2025	2026	2027	2027
1.500.100.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Receita Líquida Disponível - RLD - Fonte Tesouro - (EC)	1.791.899.647	1.971.089.612	2.168.198.573		2.385.018.431
1.800.250.000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Contribuição Previdenciária - (EC)	10.000.000	0	0	0	0
1.800.289.000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Remun. Disp. Bancária - Fundos IPREV - (EC)	12.461.861	0	0	0	0



Ano Base: 2025

1.801.250.000	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Contribuição Previdenciária - (EC)	0	30.000.000	33.000.000	36.300.000
1.801.289.000	Recursos Vinculados ao RPPS- Fundo em Repartição(Plano Financeiro) - Remun. Disp. Bancária - Fundos IPREV - (EC)	0	2.618.985	2.880.883	3.168.972
<b>Histórico</b>					
<b>Data</b>	<b>Responsável</b>				<b>Situação</b>
25/07/2024	018.316.969-75 CRISTINA VALDECI RODRIGUES				
<b>Histórico</b>					
ok					
<b>Data</b>	<b>Responsável</b>				<b>Situação</b>
25/07/2024	040.914.679-03 RODRIGO NASCIMENTO SANTIAGO				Encaminhado
<b>Histórico</b>					
Proposta elaborada e encaminhada para análise					



Ano Base: 2025

**Identificação**

**Subação** 009350  
**Unidade Orçamentária** 47076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)  
**Programa** 0860 Gestão Previdenciária  
**Ação** 0136 Encargos com inativos  
**Nome** Encargos com inativos - FCEE - SC Seguro  
**Nome Abreviado** Enc inativos - FCEE - Sc Seg  
**Descrição** Pagamento de pessoal inativo da Fundação Catarinense de Educação Especial vinculados ao SC Seguro (Fundo em repartição)  
**Produto** 363 Servidor inativo  
**Função** 09 Previdência Social  
**Subfunção** 272 Previdência do Regime Estatutário  
**Localização** Estadual  
**Responsável** 012.345.678-90 Administrador SIGEF **Desde** 17/07/2007  
**Tipo** Atividade  
**Caracterização** Demais Despesas  
**Caráter Continuado** Não **Base Legal**  
**Esfera** Seguridade **PROGOV** Não  
**Forma Implementação** Direta **Emenda Parlamentar** Não  
**Data Início** 01/01/2012 **Data Término**  
**Situação Registro** Ativo **Tipo Acumulação** Maior Valor  
**Fase PPA** Aprovada

**Vinculações**

Objetivos Plano Governo

Objetivos Plano SC

Objetivos Orientação Estratégica

**Metas Físicas**

Unidade Medida	2024	2025	2026	2027	Total
unidade	850,0	935,0	1.028,0	1.131,0	1.131,0

**Metas Financeiras**

Fonte Recurso (Orçamentária)	2024	2025	2026	2027	2027
1.800.250.000 Recursos	154.039.570	0	0	0	0
Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Contribuição Previdenciária - (EC)					
1.801.250.000 Recursos	0	148.655.622	186.387.880		205.026.668
Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Contribuição Previdenciária - (EC)					

**Histórico**

Data	Responsável	Situação
26/07/2024	018.316.969-75 CRISTINA VALDECI RODRIGUES	
<b>Histórico</b>		
ok		



Ano Base: 2025

<b>Data</b> 25/07/2024	<b>Responsável</b> 040.914.679-03 RODRIGO NASCIMENTO SANTIAGO	<b>Situação</b> Encaminhado
<b>Histórico</b> Proposta elaborada e encaminhada para análise		
<b>Data</b> 25/07/2024	<b>Responsável</b> 018.316.969-75 CRISTINA VALDECI RODRIGUES	<b>Situação</b>
<b>Histórico</b> ok		
<b>Data</b> 25/07/2024	<b>Responsável</b> 040.914.679-03 RODRIGO NASCIMENTO SANTIAGO	<b>Situação</b> Encaminhado
<b>Histórico</b> Proposta elaborada e encaminhada para análise		



Ano Base: 2025

**Identificação**

**Subação** 009360  
**Unidade Orçamentária** 47076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)  
**Programa** 0860 Gestão Previdenciária  
**Ação** 0055 Pagamento de pensão  
**Nome** Pensões - Poder Executivo - SC Seguro  
**Nome Abreviado** Pensões - Exec - SC Seguro  
**Descrição** Pagamento de pensionistas do Estado de SC vinculados ao SC Seguro (Fundo em repartição)  
**Produto** 215 Pessoa beneficiada  
**Função** 09 Previdência Social  
**Subfunção** 272 Previdência do Regime Estatutário  
**Localização** Estadual  
**Responsável** 012.345.678-90 Administrador SIGEF **Desde** 17/07/2007  
**Tipo** Atividade  
**Caracterização** Demais Despesas  
**Caráter Continuado** Não **Base Legal**  
**Esfera** Seguridade **PROGOV** Não  
**Forma Implementação** Direta **Emenda Parlamentar** Não  
**Data Início** 01/01/2008 **Data Término**  
**Situação Registro** Ativo **Tipo Acumulação** Maior Valor  
**Fase PPA** Aprovada

**Vinculações**

Objetivos Plano Governo

Objetivos Plano SC

Objetivos Orientação Estratégica

**Metas Físicas**

Unidade Medida	2024	2025	2026	2027	Total
unidade	9.000,0	9.900,0	10.890,0	11.979,0	11.979,0

**Metas Financeiras**

Fonte Recurso (Orçamentária)	2024	2025	2026	2027	Total
1.800.250.000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Contribuição Previdenciária - (EC)	1.017.884.023	0	0	0	0
1.801.250.000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Contribuição Previdenciária - (EC)	0	1.057.063.493	1.231.639.668	1.354.803.635	1.354.803.635

**Histórico**

Data	Responsável	Situação
30/07/2024	021.077.969-12 MARIA WALESKA SILVEIRA PINHO	
<b>Histórico</b>		
ok		



Ano Base: 2025

Data	Responsável	Situação
26/07/2024	040.914.679-03 RODRIGO NASCIMENTO SANTIAGO	Encaminhado
<b>Histórico</b> Proposta elaborada e encaminhada para análise		



Ano Base: 2025

**Identificação**

**Subação** 014805  
**Unidade Orçamentária** 47076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)  
**Programa** 0860 Gestão Previdenciária  
**Ação** 0136 Encargos com inativos  
**Nome** Encargos com inativos - FAPESC - SC Seguro  
**Nome Abreviado** Enc inativos - FAPESC - SC Seg  
**Descrição** Pagamento de pessoal inativo da Fundação de Amparo à pesquisa e Inovação - FAPESC, vinculados ao SC Seguro (Fundo em repartição)  
**Produto** 363 Servidor inativo  
**Função** 09 Previdência Social  
**Subfunção** 272 Previdência do Regime Estatutário  
**Localização** Estadual  
**Responsável** 041.812.279-28 ABELARDO OSNI ROCHA JUNIOR **Desde** 01/01/2020  
**Tipo** Atividade  
**Caracterização** Demais Despesas  
**Caráter Continuado** Não **Base Legal**  
**Esfera** Seguridade **PROGOV** Não  
**Forma Implementação** Direta **Emenda Parlamentar** Não  
**Data Início** 01/01/2020 **Data Término**  
**Situação Registro** Ativo **Tipo Acumulação** Maior Valor  
**Fase PPA** Aprovada

**Vinculações**

Objetivos Plano Governo

Objetivos Plano SC

Objetivos Orientação Estratégica

**Metas Físicas**

Unidade Medida	2024	2025	2026	2027	Total
unidade	10,0	11,0	12,0	13,0	13,0

**Metas Financeiras**

Fonte Recurso (Orçamentária)	2024	2025	2026	2027	2027
1.800.250.000 Recursos	500.662	0	0	0	0
Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Contribuição Previdenciária - (EC)					
1.801.250.000 Recursos	0	473.384	605.801		666.381
Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Contribuição Previdenciária - (EC)					

**Histórico**

Data	Responsável	Situação
26/07/2024	018.316.969-75 CRISTINA VALDECI RODRIGUES	
<b>Histórico</b>		
ok		



Ano Base: 2025

Data	Responsável	Situação
25/07/2024	040.914.679-03 RODRIGO NASCIMENTO SANTIAGO	Encaminhado
<b>Histórico</b> Proposta elaborada e encaminhada para análise		



Ano Base: 2025

**Identificação**

**Subação** 014810  
**Unidade Orçamentária** 47076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)  
**Programa** 0860 Gestão Previdenciária  
**Ação** 0136 Encargos com inativos  
**Nome** Encargos com inativos - FESPORTE - SC Seguro  
**Nome Abreviado** Enc inativ - FESPORTE - SC Seg  
**Descrição** Pagamento de pessoal inativo da FESPORTE  
**Produto** 363 Servidor inativo  
**Função** 09 Previdência Social  
**Subfunção** 272 Previdência do Regime Estatutário  
**Localização** Estadual  
**Responsável** 041.812.279-28 ABELARDO OSNI ROCHA JUNIOR **Desde** 01/01/2020  
**Tipo** Atividade  
**Caracterização** Demais Despesas  
**Caráter Continuado** Não **Base Legal**  
**Esfera** Seguridade **PROGOV** Não  
**Forma Implementação** Direta **Emenda Parlamentar** Não  
**Data Início** 01/01/2020 **Data Término**  
**Situação Registro** Ativo **Tipo Acumulação** Maior Valor  
**Fase PPA** Aprovada

**Vinculações**

Objetivos Plano Governo

Objetivos Plano SC

Objetivos Orientação Estratégica

**Metas Físicas**

Unidade Medida	2024	2025	2026	2027	Total
unidade	25,0	27,0	30,0	33,0	33,0

**Metas Financeiras**

Fonte Recurso (Orçamentária)	2024	2025	2026	2027	Total
1.800.250.000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Contribuição Previdenciária - (EC)	3.911.473	0	0	0	0
1.801.250.000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Contribuição Previdenciária - (EC)	0	3.722.029	4.302.620		4.732.882

**Histórico**

Data	Responsável	Situação
26/07/2024	018.316.969-75 CRISTINA VALDECI RODRIGUES	
<b>Histórico</b>		
ok		



Ano Base: 2025

Data	Responsável	Situação
25/07/2024	040.914.679-03 RODRIGO NASCIMENTO SANTIAGO	Encaminhado
<b>Histórico</b> Proposta elaborada e encaminhada para análise		



Ano Base: 2025

**Identificação**

**Subação** 014814  
**Unidade Orçamentária** 47076 Fundo em Repartição (SC SEGURO)  
**Programa** 0860 Gestão Previdenciária  
**Ação** 0136 Encargos com inativos  
**Nome** Encargos com inativos - FCC - SC Seguro  
**Nome Abreviado** Enc inativos - FCC - SC Seguro  
**Descrição** Pagamento de pessoal inativo da FCC vinculados ao SC Seguro (Fundo em repartição)  
**Produto** 363 Servidor inativo  
**Função** 09 Previdência Social  
**Subfunção** 272 Previdência do Regime Estatutário  
**Localização** Estadual  
**Responsável** 041.812.279-28 ABELARDO OSNI ROCHA JUNIOR **Desde** 01/01/2020  
**Tipo** Atividade  
**Caracterização** Demais Despesas  
**Caráter Continuado** Não **Base Legal**  
**Esfera** Seguridade **PROGOV** Não  
**Forma Implementação** Direta **Emenda Parlamentar** Não  
**Data Início** 01/01/2020 **Data Término**  
**Situação Registro** Ativo **Tipo Acumulação** Maior Valor  
**Fase PPA** Aprovada

**Vinculações**

Objetivos Plano Governo

Objetivos Plano SC

Objetivos Orientação Estratégica

**Metas Físicas**

Unidade Medida	2024	2025	2026	2027	Total
unidade	126,0	138,0	152,0	167,0	167,0

**Metas Financeiras**

Fonte Recurso (Orçamentária)	2024	2025	2026	2027	Total
1.800.250.000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Contribuição Previdenciária - (EC)	13.571.142	0	0	0	0
1.801.250.000 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Contribuição Previdenciária - (EC)	0	13.209.225	14.928.257	0	16.421.082

**Histórico**

Data	Responsável	Situação
26/07/2024	018.316.969-75 CRISTINA VALDECI RODRIGUES	
<b>Histórico</b>		
ok		



Ano Base: 2025

Data	Responsável	Situação
25/07/2024	040.914.679-03 RODRIGO NASCIMENTO SANTIAGO	Encaminhado
<b>Histórico</b> Proposta elaborada e encaminhada para análise		



Referência: Processo SEA 21412/2024

Interessado: Secretaria de Estado da Administração

Assunto: Ofício nº 048/2025/SEA/ GABS – Análise e Cálculo do impacto orçamentário para suportar as despesas relacionadas aos servidores inativos e pensionistas.

## DESPACHO

1. Acolho a Informação nº. 013/2025 da Diretoria de Administração e Finanças deste Instituto.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado da Administração, para conhecimento e providências necessárias.

Florianópolis, 11 de março de 2025.

**Mauro Luiz de Oliveira**  
Presidente do Instituto de Previdência  
do Estado de Santa Catarina



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **H4O7MI35**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**"MAURO LUIZ DE OLIVEIRA"** em 11/03/2025 às 14:47:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/01/2024 - 17:32:12 e válido até 11/01/2124 - 17:32:12.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjE0MTJfMjE1NjNfMjAyNF9INE83TUkzNQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00021412/2024** e o código **H4O7MI35** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.